



ACÓRDÃO Nº 1057/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1464/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Pedro da Costa Carvalho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/MA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2996/2019-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Superintendência Municipal de Transportes Urbanos**, exercício 2014, de responsabilidade **Sr. Pedro da Costa Carvalho** - Superintendente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II e art. 24 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Pedro da Costa Carvalho** no valor de **R\$ 1.800,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, conforme art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE e art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002-RITCE, pelos itens 22 e 26.3 do Voto;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art.72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição



ACÓRDÃO Nº 1057/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Pedro da Costa Carvalho, em caso de não recolhimento da multa no prazo estabelecido, ficando, desde já, autorizada a DERED a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

10.4. Recomendar à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU que:

10.4.1. Promova com a máxima urgência a atualização do Inventário Físico para que as peças contáveis reflitam a real situação da entidade;

10.4.2. Conclua com a máxima urgência o processo de incorporação patrimonial do extinto IMTU;

10.4.3. Suspenda imediatamente o pagamento dos Jetons que não foram estabelecidos por lei específica;

10.4.4. Mantenha sempre atualizado as informações constante no portal da transparência;

10.4.5. Aplique o máximo esforço na fiscalização do cumprimento das cláusulas contratuais pelas concessionárias do transporte público, bem como, do Poder Público concedente.

10.4.6. Promova o máximo esforço na alimentação de informações atualizadas acerca dos itinerários nos sistemas eletrônicos de monitoramento e funcionamento do transporte público.

10.5. Dar ciência ao Sr. Pedro da Costa Carvalho e a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU;

10.6. Arquivar os presentes, após o registro e o cumprimento dos itens acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 1057/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 6F643757-2C948FDB-9A6F2A00-56BF2CE1